

# A contribuição dos Espaços do Terceiro Setor que têm a linguagem da arte como ferramenta de construção de cidadania na cidade de São Paulo: um recorte de 2000 a 2010.

Maria Cecília Amaral Campos de Barros Santiago

2. Linha temática: Democratización, derechos sociales y ciudadanía.

## Resumo

O artigo é parte da pesquisa de doutorado em educação não formal na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), sob a orientação da Profa. Dra. Maria da Glória Gohn. A pesquisa está em andamento e reflete o papel das organizações não governamentais (ONGs) na cidade de São Paulo, no período de 2000 a 2010, que utilizam a linguagem da arte como recurso em ações de democratização, participação social e construção de cidadania. A relevância da investigação está em visualizar o grau de comprometimento das Organizações do Terceiro Setor com seus projetos. Analisa-se se realmente estes constituem práticas de formação de cidadania ou se são, tão somente, ajustes para obtenção de recursos.

O crescimento do Terceiro Setor tem se refletido em um conjunto de transformações sociais, tecnológicas e políticas em que o Estado transfere para a iniciativa privada a execução de atividades de interesse público que antes eram realizadas pelo próprio Estado, mudando, assim, o seu papel para ser parceiro das entidades que se denominam sem fins lucrativos.

A pesquisa é desenvolvida em duas fases:

1. De caráter quantitativo, pelo mapeamento dos dados coletados na Coordenadoria da Juventude, órgão ligado à Secretaria de Participação e Parceria da cidade de São Paulo, que foi a fonte da pesquisa. No mapeamento foram encontradas 422 entidades do Terceiro Setor, criadas no período de 2000 a 2010. Um ajuste no foco da pesquisa possibilitou detectar 34 entidades que trabalham a arte em seus espaços de educação não formal, identificadas nas mais variadas denominações jurídicas.

2. De caráter qualitativo, em que, das 34 entidades categorizadas por ano de registro de fundação, público-alvo, localização e abordagem dos projetos com arte, foram selecionadas duas para um estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas. A seleção para a escolha das entidades para a pesquisa observou os seguintes critérios de diferenciação entre elas:

- a. As diferentes denominações jurídicas que contemplam a atuação dessas organizações na sociedade;
- b. As ações propostas com variadas linguagens de arte na formação da cidadania;
- c. As fontes de suporte, as redes sociais e os canais de financiamento utilizados para que seus projetos fossem diferentes entre si.

Nessa parte da pesquisa, desenhou-se o perfil das entidades pesquisadas para orientar o trabalho de campo com a aplicação de questionários semiestruturados que trazem a oportunidade de conhecer as falas dos entrevistados, contemplando, desse modo, tanto a fala dos dirigentes como dos participantes dos programas.

O embasamento teórico da análise da pesquisa nas categorias identificadas dentro da realidade das entidades selecionadas foi trazido por Gohn (2005), Halbwachs (2009) e Merleau Ponty (1999).

**Palavras-chave:** organizações não governamentais, arte como linguagem, cidadania, participação, espaços de educação não formal.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objeto analisar projetos de Organizações do Terceiro Setor da cidade de São Paulo, do período de 2000 a 2010, que atuaram com a linguagem da arte em práticas com jovens. Busca-se investigar se as ações desenvolvidas pelas organizações contribuem para a formação da identidade e cidadania dos jovens que frequentam esses espaços de educação não formal, ou se a linguagem da arte tem sido apenas um elemento complementar à sua formação. A seguinte hipótese norteia minha pesquisa: Se as práticas trazidas nos espaços de educação não formal do Terceiro Setor que utilizam a linguagem da arte têm possibilitado uma construção de valores.

Partindo dessa hipótese, a pesquisa quer entender como a arte é articulada nesses espaços, bem como indagar se tais práticas com arte potencializam valores culturais e de cidadania aos jovens participantes dos projetos em questão.

O processo do conhecimento é passado entre o vivenciar e o simbolizar; entre o sentir e o pensar. Com base no conhecido é possível desconstruir para reconstruir e modificá-lo de acordo com o contexto do processo de criação desenvolvido pelo fazer e ver a arte. A arte também é uma linguagem que aguça os sentidos, desenvolvendo a percepção e a imaginação, fazendo que o ser humano, ao ver a imagem, se pergunte: Quem somos? Onde estamos? Como sentimos?

A partir desse enfoque trago o objetivo geral da pesquisa: Analisar a linguagem da arte nas ações desenvolvidas em espaços de educação não formal do Terceiro Setor no município de São Paulo no período de 2000 a 2010.

Objetivos específicos:

1. Saber como a linguagem da arte tem contribuído para a construção de cidadania dos jovens participantes desses espaços;
2. Identificar as entidades do Terceiro Setor que trabalharam com a linguagem da arte no período do recorte (2000 a 2010);
3. Compreender as transformações ocorridas nesses espaços de educação não formal que empregam a arte como linguagem.

Os sujeitos da pesquisa são os jovens participantes dos projetos das entidades do Terceiro Setor.

Entende-se como participação o processo de vivência de jovens nas organizações não governamentais (ONGs) em que os valores e os significados trazidos pela arte os tornem protagonistas de suas histórias, desenvolvendo uma consciência crítica que agregue forças ao grupo, de modo a gerar novos valores e uma cultura política. Os jovens tornam-se participantes pela capacidade de influir no curso dos acontecimentos do grupo, assumindo um papel mais consciente nas situações que remete à rebeldia e de conflitualidades, permitindo um olhar de questionamento sobre novas formas de viver seu tempo e organizar seus projetos de vida.

O fato que determinou o recorte da década de estudo foi a criação da Lei n.º 9.790/03/99, que regulamentou as relações de parceria das entidades privadas sem fins lucrativos com o poder público. Houve com a aprovação da lei uma renovação das antigas relações de tais entidades, reconhecendo competências complementares uma na outra e respeitando-se mutuamente.

A motivação da escolha da cidade de São Paulo para a realização da pesquisa teve como ponto de partida ser a minha cidade natal. Cresci, plantei minhas raízes de pertencimento, construí uma família, vivendo sempre no bairro Paraíso, na zona central da cidade.

Portanto, pude acompanhar as mudanças que durante todos esses anos ocorreram no bairro e na cidade. Hoje grande parte delas está guardada na minha memória, porque algumas mudanças desse espaço urbano só fizeram restar lembranças em mim. Morava em uma casa de vila, com um jardim aberto para a rua onde as crianças brincavam de amarelinha e andavam de bicicleta. Tal fato continuou a acontecer também no tempo dos meus filhos pequenos. Recordo-me que os donos de estabelecimentos comerciais, como o armarinho do Sr. Elias, era um ponto em que não só os moradores faziam suas compras como também eram recebidos e chamados pelos seus nomes e de seus familiares.

Na década de 1980 começaram os investimentos imobiliários no bairro, com prédios que ofereciam área de lazer dentro de muros altos e cercas eletrificadas com um apelo de segurança aos moradores, que antes jamais haviam cogitado por tal segurança. Assim, começaram as pessoas a deixar suas casas à procura desses condomínios que as iriam proteger da violência cada vez mais crescente. Com o tempo os condomínios fechados trouxeram aos habitantes da cidade uma nova forma de vida e reduziram seus contatos sociais apenas aos iguais, o que ampliou os preconceitos e o racismo.

Sobre essa mudança do espaço urbano a antropóloga Tereza Pires Caldeira, em seu livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (apud LIMA, 2004), mostra que tais condomínios constituíram um novo padrão de segregação e desigualdade social da cidade. Caldeira traz que essa nova configuração do espaço urbano apresentou uma dicotomia centro rico x periferia pobre.

Os centros ricos são evidenciados pela ação do poder e acumulação de capital de seus moradores, que gozam as benéficas e os privilégios do poder público em qualidade dos seus serviços básicos, em seus bairros considerados nobres.

Em contraposição, nas áreas de periferia a concentração populacional é de baixa escolaridade, baixa renda e cresce de forma desordenada à procura de moradia em terrenos muitas vezes invadidos. As pessoas vivem em clima de exclusão e privação social e reivindicam do poder público serviço de saneamento básico, saúde e transporte, sempre precários e escassos. Os moradores de periferia querem ser reconhecidos como habitantes da cidade, a qual os rejeita, acentuando as disparidades sociais e a ausência de ações do poder público, de forma a gerar núcleos de descontentamento, revolta e, por consequência, violência e criminalidade.

Todavia, mesmo com esse universo de contradições, a cidade de São Paulo é sinônimo de heterogeneidade cultural e étnica e, por isso, expressão e resumo de nosso país. Concentrando o maior parque industrial do Brasil, oferece as melhores possibilidades de acesso a tecnologias e a bens culturais. O desenvolvimento científico e artístico encontra sua melhor expressão, graças à nossa rede de ensino, a nossas universidades e institutos de pesquisas. Seus moradores, seduzidos por sonhos de trabalho e pela procura de melhores condições de renda, vão ficando na cidade, mesmo com seus inúmeros problemas, formam família e estabelecem seus laços de pertencimento a esse espaço urbano conhecido como Megalópole Paulistana. Enfim, São Paulo é a essência de nosso país e paga um preço bem caro por isso.

A relevância da pesquisa é trazida pelo entendimento da arte nos projetos sociais das entidades do Terceiro setor, observando o comprometimento de seus projetos perante os jovens. Verifica se realmente são práticas que trabalham a reflexão e levam os jovens a entender-se como cidadãos, ou se tais entidades se resumem a ajustes para obtenção de recursos.

A partir da década de 1990 intensificou-se o trabalho das ONGs ligado à educação com projetos sociais focados em promover a participação solidária dos jovens com vistas a buscar soluções de problemas reais em suas escolas e comunidades. A participação de jovens em grupos esportivos, artístico-culturais, ambientais, de saúde e de ações comunitárias passou a ser denominado “protagonismo juvenil”.

A categoria juventude possui uma produção bibliográfica que tem crescido principalmente associada a universos urbanos, sendo os anos 1990 um marco nas pesquisas. Abramo (1997), Pais (2004), Peralva (1997; 2007), Dayrell (2007) e Sposito e Carrano (2003), entre outros tantos, são autores que pesquisaram sobre a juventude.

Como nos afirma Mannhein (apud CATANI; GILIOLI, 2008, p. 54), “as gerações mais novas representam parte dos recursos latentes que toda sociedade dispõe e que deveriam ser ativados em favor de mudanças e transformações sociais”.

## Metodologia da pesquisa

A metodologia significa, para Demo (2008, p. 31), “a construção criativa e crítica de modos alternativos de dialogar com a realidade social”. O trato da realidade é enriquecido quando definimos as metodologias a serem empregadas, que traduzem o esforço da produção científica.

O desenvolvimento da pesquisa teve uma sequência de dois procedimentos: um de caráter quantitativo e outro de caráter qualitativo, com estudo de campo.

Realizou-se a pesquisa quantitativa com a documentação fornecida pelas entidades cadastradas na Coordenadoria da Juventude, órgão municipal ligado à Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura do Município de São Paulo<sup>1</sup>. Essa fonte foi trazida à pesquisa porque outras fontes de cadastro, como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), são associações que representam somente as ONGs filiadas e englobam todo o território nacional. A fonte escolhida engloba as ONGs da cidade de São Paulo, que é o objetivo desta pesquisa, as ONGs cadastradas na prefeitura do município.

A análise documental constitui ao mesmo tempo uma pesquisa de informação e um instrumento indicador de metas. Optou-se por ela inicialmente porque, segundo Caulley (1981 *apud* LUDKE, 1986, p. 38), ela auxilia a identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. São fontes não reativas em que as informações já estão contextualizadas, mas ajudam na formação de novos contextos, e dessa maneira introduzem novas perspectivas sem desprezar a substância original dos documentos. Guba e Lincoln (1981 *apud* LUDKE, 1986, p. 39) resumem as vantagens do uso de documentos: “[...] uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto, que nunca deve ser ignorada, quaisquer que sejam os outros métodos de investigação escolhidos”.

Com base nesses dados coletados, identificados e categorizados, criaram-se tabela e gráficos indicativos da posição das entidades do Terceiro Setor que trabalham com arte.

A segunda fase da pesquisa teve início com a escolha de dois projetos de instituições diferentes que têm na arte um meio de formação e construção de cidadania.

Essa parte da pesquisa busca a adequação entre os dados coletados e a realidade a ser captada, fundando seu critério na prática e tratando-a de maneira científica. É de caráter qualitativo, com uma fase inicial exploratória. Para Ludke (1986, p. 22), trata-se do “[...] momento de estabelecer os contatos iniciais para a entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados necessários para o estudo”.

Dessa forma encaminha-se a pesquisa para o que Demo (2008, p. 16) chama de participante, que é ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção. Há na pesquisa participante um componente político à medida que implica questionamento, consciência crítica, incentivo à formação do sujeito capaz de história própria.

A pesquisa participante envolve questões sociais a serem trabalhadas, estratégias de aprendizado e formação política com vistas a uma transformação social emancipadora.

As entrevistas foram em formato de depoimentos, tanto a dos dirigentes das entidades como a dos educadores. Os depoimentos foram gravados, para não se perder o conteúdo na hora da transcrição. Seu conteúdo teve um caráter muito mais de narração de histórias e acontecimentos vividos por eles nas entidades do que uma aplicação de questionário por parte da pesquisadora, ainda que fruto de uma relação programada e atentamente gravada em formato de história oral. Os nomes trazidos dos educadores sociais não são os verdadeiros, para deixá-los mais à vontade na gravação, mas suas narrativas expressavam a verdade dos fatos.

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.org.br>>. Acesso em: 11 maio 2011.

Para analisar os depoimentos vivenciados nas duas entidades com foco no meu objetivo (analisar como a arte é articulada nesses espaços do Terceiro Setor e se realmente potencializam novos valores e uma cultura política aos jovens), trago Gohn (2010) como referencial teórico à luz das quatro dimensões que o campo da educação não formal abrange:

- Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos: processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses no meio social e da natureza que os cerca por meio da participação em atividades grupais;
- Trabalho com os indivíduos por meio da aprendizagem de habilidades e de desenvolvimento de potencialidades;
- Aprendizagem e exercício de práticas voltadas aos indivíduos para a organização, com objetivos comunitários, para a solução de problemas coletivos cotidianos;
- Aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal (escolar) em espaços diferenciados (como museus) nos quais o ato de ensinar acontece de maneira mais espontânea e as forças sociais organizadas têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo educativo, de modo a estabelecer as finalidades a que se destinam tais práticas e desenvolver práticas que incorporem:

Educação para a justiça social;  
 Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais);  
 Educação para liberdade;  
 Educação para a democracia;  
 Educação contra toda e qualquer forma de discriminação;  
 Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação de diferenças culturais (GOHN, 2010, p. 40).

## O TERCEIRO SETOR COMO ALTERNATIVA DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

Para a obtenção do certificado de prestação de serviços sociais, o conceito de Terceiro Setor trazido pela legislação enquadra qualquer organização que não seja comercial, sindicato e partido político. São inúmeras as discussões que englobam a polissemia do termo Terceiro Setor, inserido no contexto neoliberal para a formulação de políticas de obtenção de recursos para os projetos sociais. Essa pluralidade indica tendências que se formaram após a segunda metade dos anos 1980, com o crescimento dos novos movimentos sociais na sociedade civil. As entidades criadas refletiam esse processo e representavam determinado papel por meio de sua intervenção na construção de movimentos e grupos sociais diversificados, mas traziam a marca de valores universalizantes de cidadania. O Terceiro Setor foi construído a partir de um recorte do social nas esferas do Estado (primeiro setor), do mercado (segundo setor) e da sociedade civil.

Teoricamente cabe ao primeiro setor – o Estado – promover o bem comum, mediante arrecadação de impostos para transformá-los em bens e serviços ao cidadão. O segundo setor – o mercado – constitui-se de organizações da iniciativa privada, com fins lucrativos, que ofertam bens e serviços à sociedade. O Terceiro Setor seria integrado por organizações da iniciativa privada sem fins lucrativos. Sua natureza é solidária, construída na parceria e na concessão voluntária, direcionada às questões que atingem a coletividade. No entanto sabe-se que entre a teoria e a viabilidade prática há uma distância enorme.

Como apresenta Gohn (2000, p. 60), “o Terceiro Setor é um *tipo Frankenstein*: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas”. Pode ser visto como uma resposta das estratégias neoliberais, de um lado, à mobilização dos movimentos sociais e, de outro lado, ao desmantelamento de políticas sociais do Estado, desobrigando-o de investimento na área social, trabalhando em uma perspectiva de parceria para captação de recursos em prol da sociedade civil.

Assim, ainda segundo Gohn (2000), o Terceiro Setor traz a figura do público não estatal e configura-se como uma nova cultura política, sobretudo nas questões sociais, em todas as esferas de governo: federal, estaduais e municipais.

Com o propósito de buscar evidenciar os conceitos para caracterizar o Terceiro Setor em suas relações de construção, trago a abordagem de Fernandes (*apud* IOSCHPE *et al.*, 2005, p. 27), que descreve o Terceiro Setor como um composto de

[...] organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

A definição de Fernandes posiciona a filantropia, que se opõe à caridade, e relaciona cidadania ao mecenato, alternando assim situações de conflito, cooperação e indiferença. Diz o autor serem situações que ainda estão em processo de mutação, perdendo a dureza da contradição radical para dar lugar a um jogo de relações complementares.

Ainda no mesmo texto, Fernandes agrupa quatro principais razões para identificar e distinguir a natureza dos componentes do Terceiro Setor:

1. “Faz contraponto com as ações de governo, ressaltando a idéia de que os serviços públicos podem ter parcerias com a iniciativa privada”. A ideia defendida pelo autor traz implicações profundas para a cultura política do Estado;

2. “Faz contraponto com as ações de mercado, abrindo o campo do interesse coletivo para a iniciativa particular, emprestando uma nova visibilidade, uma vez que os indivíduos sempre foram chamados para contribuir para o ‘bem comum’”. Novamente o autor traz a noção de cidadania, em que a iniciativa privada é pressionada a tornar-se consciente de suas obrigações cidadãs, a estar mais aberta a resultados em longo prazo, com investimentos sem fins lucrativos;

3. “Empresta um sentido maior aos elementos que o compõem (Estado x mercado x sociedade civil)”. O autor aponta uma noção de complementaridade entre as ações públicas e privadas, que só serão possíveis se as instituições trouxerem a ideia de voluntariado como expressão cidadã, formando um mercado específico de trabalho sem fins lucrativos, em práticas de solidariedade;

4. “Projeta uma visão integradora da vida pública”, ou melhor, uma visão combinatória. Aqui o autor nos mostra que essa relação só será possível se a dinâmica de organizações sem fins lucrativos assimilar que elas são geradoras de histórias possíveis e apoiadas por um sistema legal que regulamenta os limites das ações voluntárias. Ele enfatiza essa complementaridade entre os três setores como responsável nessa nova cultura política.

Para Cardoso (2005, p. 8), o conceito de Terceiro Setor é caracterizado pelo “espaço que não é Estado nem mercado, cujas ações visam o interesse público: iniciativas sem fins lucrativos, filantrópicas e voluntárias”. Ele seria um espaço que combina duas ações: a de participação e a da experimentação de novos modos de pensar e agir na realidade social.

Nesse ponto, Cardoso (2005) e Fernandes (2005) concordam com o rompimento da dicotomia público e privado, entendendo o Terceiro Setor como um enriquecimento da dinâmica social em que se potencializam energias privadas da sociedade civil com iniciativas governamentais. Cardoso apresenta o Terceiro Setor como caminho para uma ação social consequente e eficaz, porque o Estado se tornou inoperante e distante; e o mercado, por si mesmo, não teria interesse nas demandas sociais. Na

perspectiva de Cardoso, não é um processo de desresponsabilização do Estado, pois ele deve, sim, garantir os direitos básicos e universais, mas, com a participação do Terceiro Setor, poderá combater os desequilíbrios historicamente consolidados.

O lugar das ações de governo, a meu ver, está claramente demarcado. Cabe ao governo garantir os direitos essenciais e universais dos cidadãos, os quais, por sua vez, podem e devem exigir que isso se faça de modo eficiente e qualitativo. No Brasil o papel da sociedade civil foi bastante significativo na defesa dos direitos básicos de cidadania quando eles não estavam garantidos. Hoje é tarefa e responsabilidade dos ministérios governamentais assegurar o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à cultura a todos os cidadãos deste país (CARDOSO, 2005, p. 10).

Acreditando na execução dessa realidade, a autora Cardoso (2005) liderou o Programa Comunidade Solidária, que comprometia governo e sociedade civil, por intermédio de novos espaços de interlocução, a promover e mobilizar recursos, desenvolvendo ações pontuais perante o conselho das comunidades descentralizadas, voltadas ao âmbito municipal, apoiando e criando centros de voluntários que seriam elos entre os que querem doar e os que precisam desse trabalho. O programa foi criado com o propósito de substituir as diversas instituições de ação social pelo modelo neoliberal de política social que predomina até hoje no Brasil.

No pensamento de Salamon (2005), o Terceiro Setor é composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre seus diretores ou entre um conjunto de acionistas. De acordo com essa definição, o autor esclarece as cinco características nas quais as instituições devem se enquadrar:

1. Estruturadas: possuir uma formalização de regras e procedimentos, excluindo-se as que não apresentam uma estrutura formal (definição legal);
2. Privadas: não ter nenhuma relação institucional com governos, embora recebam recursos (definição econômica);
3. Não distribuidora de lucros: não distribuir lucro gerado entre os proprietários e dirigentes. O que as distingue é o fim dado ao dinheiro, como missão da instituição (definição de propósitos);
4. Autônomas: possuir meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas (definição de caráter público);
5. Voluntárias: envolver um grau de participação de voluntários no trabalho desenvolvido de forma direta nas soluções dos problemas sociais (definição do voluntariado).

O autor enfatiza também que o Terceiro Setor é fonte de renovação do espaço público em uma ação concreta no resgate da solidariedade e da cidadania, vindo a multiplicar as possibilidades de mobilizar energias humanas e recursos financeiros para promover mudanças nos problemas sociais, o realinhamento entre o público e o privado e a estruturação da esfera pública para atender ao mercado.

Ainda para Salamon (2005), o Terceiro Setor é o grande desafio tanto governamental como empresarial. À medida que ele se empenha para a solução dos problemas sociais, necessita aperfeiçoar seus sistemas de administração e desempenho, uma vez que a missão organizacional está na conduta ética e legal.

Segundo o mesmo autor, o Terceiro Setor traz uma visão de que as ações entre público e privado são compartilhadas em benefício público para a recomposição do espaço da sociedade civil.

Observa-se que o autor busca legitimar o modelo de política social que transfere as ações para a iniciativa privada.

Mas a ideia de que o Terceiro Setor é solução para todos os males de uma sociedade não é unânime; existem outros olhares sobre a questão. Montano (2010), em sua obra *Terceiro Setor e questão social*, afirma que o debate sustentado pelos pressupostos do Terceiro Setor oculta uma ideologia de funcionalidade para com o projeto neoliberal no enfrentamento da questão social, inserido no atual processo de reestruturação do capital. Para o autor, o Terceiro Setor configura, tanto na esfera do capital como na esfera da responsabilidade com o social, uma retirada paulatina dos compromissos do Estado no tocante a ações sociais e a ganhos dos trabalhadores, nos seus direitos e cidadania.

Mostra-se relevante o posicionamento crítico desse autor, que alerta para o descomprometimento gradativo do Estado e uma possível fonte de lucro, no longo prazo, para o capital privado.

Thompson (2005), em seu artigo “Do compromisso à eficiência?”, aponta que o enfoque político que caracteriza o Primeiro Setor está estruturado ao redor do poder; o enfoque econômico trazido pelo segundo setor é o lucro; e o do Terceiro Setor são as necessidades da sociedade civil.

Gohn (2008b) também destaca a importância que o Terceiro Setor vem ganhando na sociedade e assinala suas contraditoriedades. De um lado ações politizadas, articulações e reivindicações por direitos sociais, políticos, culturais e por uma nova cidadania. De outro ele operacionaliza um novo segmento da economia com movimentação de recursos, lucratividade e geração de empregos, contribuindo para a privatização dos serviços e áreas públicas.

É nessa sociedade civil, com suas contradições e seus espaços de educação não formal, que foco meu objeto de pesquisa: “A análise de projetos sociais do período de 2000 a 2010, de Organizações do Terceiro Setor da cidade de São Paulo, que atuaram com a linguagem da arte nas práticas com jovens”.

## **MAPEAMENTO PARCELADO DO TERCEIRO SETOR DA CIDADE DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 2000 A 2010**

O recorte da década de estudo teve como referência a criação da Lei n.º 9.790/03/99, que regulamentou as relações de parceria das entidades privadas sem fins lucrativos com o poder público, fato que apresento na introdução. Com a aprovação da lei houve uma renovação das antigas relações de tais entidades, reconhecendo competências complementares uma na outra e respeitando-se mutuamente. Assim após a vigência da lei do Terceiro Setor é que as entidades se empenharam em se cadastrar para ganhar da prefeitura a ajuda prometida.

A metodologia do mapeamento consiste no estudo quantitativo, com base documental na fonte das entidades cadastradas na Coordenadoria da Juventude, órgão municipal ligado à Secretaria de Participação e Parceria<sup>2</sup>, na qualidade de dados oficiais e referendado pela Prefeitura de São Paulo. Porém nem todo o universo dessas entidades tem a mesma caracterização, agregando diferentes práticas e organizações. Por exemplo, universidades privadas e casas de saúde particulares encontram-se também cadastradas juntamente com associações e federações populares quanto ao acesso a benefícios e subsídios governamentais referentes ao Terceiro Setor, o que indica uma fragilidade nesse conceito, que equipara tais setores com ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

Encontraram-se diversas nomenclaturas jurídicas:

- Associação, com 220 registros (predominante);
- A denominação Instituto aparece com 88 ocorrências;

<sup>2</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Participação e Parceria. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao\\_parceria/coordenadoria](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/coordenadoria)>. Acesso em: 11 maio 2011.



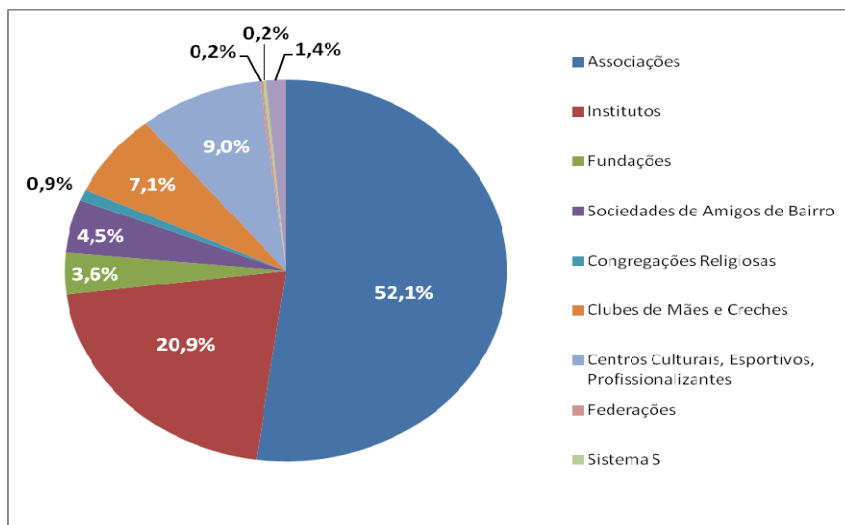
- Fundações possuem 15 registros e, assim como os institutos, são ligadas a empresas, bancos e redes comerciais;
- Sociedade de amigos de bairro possui 19 registros;
- Congregações religiosas indicam quatro registros;
- Clube de mães, creches e lares de crianças são denominações também utilizadas e apresentam 30 registros;
- Centros culturais, recreativos, esportivos, religiosos e profissionalizantes, que em sua denominação já mostram a sua finalidade, possuem 38 registros;
- Ainda aparece uma federação, a Federação Paulista de Futebol;
- Uma entidade do Sistema “S”, o Serviço Nacional de Aprendizagem de Trânsito (SENAT);
- Finalmente, as entidades que utilizam as expressões OSCIP e ONG em sua denominação apresentam somente seis registros.

A tabela 1 e o gráfico 1 mostram os registros das entidades descritas.

**Tabela 1** – Tipos de entidades

<b>Tipos</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Registros na Prefeitura	422	100,0
Associações	220	52,1
Institutos	88	20,9
Fundações	15	3,6
Sociedades de amigos de bairro	19	4,5
Congregações religiosas	4	0,9
Clubes de mães e creches	30	7,1
Centros culturais, esportivos, profissionalizantes	38	9,0
Federações	1	0,2
Sistema “S”	1	0,2
ONGs e OSCIPs	6	1,4

Fonte: primária



**Gráfico 1** – Explicativo dos registros

Fonte: primária

As áreas de atuação das entidades do Terceiro Setor encontradas na pesquisa normalmente são reveladas na sua própria autodenominação:

→ *Assistencialistas*: Procuram satisfazer necessidades básicas para a integração das famílias na sociedade, distribuindo remédios, cestas básicas e fazendo encaminhamento médico. Entre elas incluem-se associações, creches, clubes de mães, centros comunitários; todas são instituições que exercem práticas tutelares;

→ *Educacionais*: Abrigam jovens cuja vida está marcada por crescente descontinuidade em relação aos estudos, deixando-os vulneráveis em sua autoestima e formação de identidade. Essas entidades trazem práticas curriculares de ensino e aprendizagem aos que querem retomar seus estudos. São denominadas associações, centros e institutos;

→ *Religiosas*: Apresentam a formação religiosa como condição em seus projetos e tratam de jovens cuja realidade socioeconômica é precária. Apostam na contribuição da religião para ampliar as possibilidades desses jovens de organizar projetos de vida. As atividades na área confessional são trabalhadas em associações, centros e institutos em que há predominância da religião católica, mas também protestante, espírita e outras religiões;

→ *Profissionalizantes*: Vêm suprir os constrangimentos da falta de emprego a jovens que não tiveram oportunidades, proporcionando oficinas de formação que possuem como objetivo o desenvolvimento de habilidades específicas e o aprendizado de um ofício para inclusão no mercado de trabalho. Recebem a denominação de associações, centros e institutos;

→ *Comunitárias*: Têm em seu trabalho não só o foco assistencial e tutelar para a comunidade em que se instalam, mas também oferecem práticas educacionais relacionadas a esportes e artes que possam vir a contribuir na formação de atitudes e valores dos jovens participantes em situação de risco psicossocial, deficientes, moradores de rua e dependentes químicos. Em geral, são denominadas associações, centros comunitários e sociedades de amigos do bairro;

→ *Esportivas*: Trabalham com jovens carentes, viabilizando oportunidades e sinalizando perspectiva de formação técnico-profissionalizante nas diversas modalidades esportivas, para a formação de futuros atletas. Em geral, são denominadas associações, centros, institutos e federações.

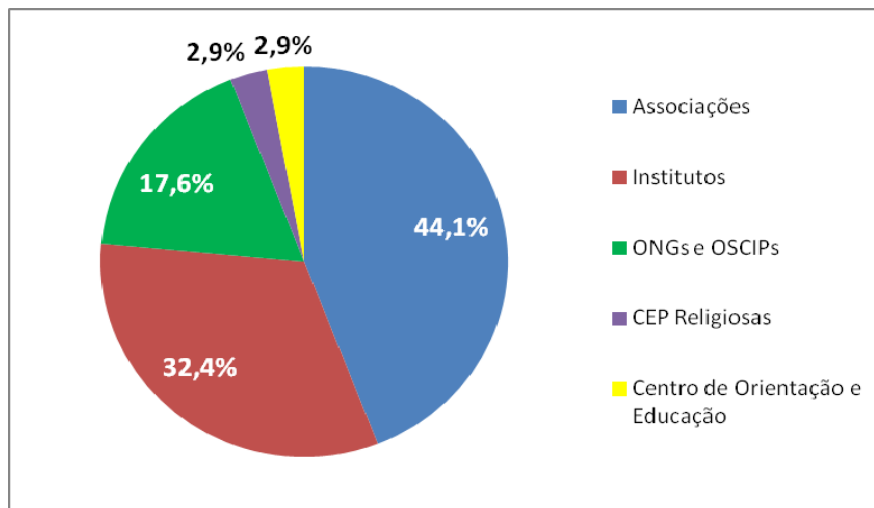
→ *As que trabalham com arte*: São as que utilizam as linguagens artísticas como mediadoras do processo de construção de cidadania e privilegiam, em suas oficinas, música, artes visuais, dança e teatro. O foco desse eixo de atuação é “ensinar, observar, questionar”, “estimular a construir sua própria história”, “descobrir sonhos e desejos” ou “conscientizar a respeito dos direitos do cidadão” (GOHN, 2007, p. 54). A inclusão da arte nas propostas pedagógicas das entidades do Terceiro Setor

visa à integração social do jovem carente e tem desempenhado um papel de relevo nesses empreendimentos.

**Tabela 2** – Entidades que utilizam a arte

	<b>Com arte</b>	<b>Percentual</b>
Registros na Prefeitura	34	100,0
Associações	15	44,1
Institutos	11	32,4
ONGs e OSCIPs	6	17,6
Comunidades Educativo-pastorais (CEPs) religiosas	1	2,9
Centros de orientação e educação	1	2,9

Fonte: primária



**Gráfico 2** – Explicativo de entidades que utilizam a arte

Fonte: primária

Na tabela 3, a seguir, foram identificados 34 registros de entidades do Terceiro Setor no intervalo 2000-2010 que trabalharam atividades artísticas nos projetos voltados para a inclusão de jovens na sociedade, como cidadãos.

**Tabela 3** – Entidades que utilizam a arte como linguagem. Registros de início de suas atividades

	Nome	Data Registro
1	AAPO - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROJETO QUIXOTE	1188/06
2	ASSOCIAÇÃO BLOCO DO BECO	1127/06
3	ASSOCIAÇÃO DE OLHO NO FUTURO	1111/05
4	ASSOCIAÇÃO SONG OF LOVE	1595/10
5	ASSOCIAÇÃO NOVA UNIÃO DA ARTE	1401/08
6	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PROJETO GURI	0881/01
7	ASSOCIAÇÃO CASA DOS CURUMINS	1206/06
8	ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ	1118/05
9	ASSOCIAÇÃO CORRENTE LIBERTADORA	1585/10
10	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE BOM PASTOR	1517/09
11	ASSOCIAÇÃO MENINOS DO TOQUE DO TAMBOR	1076/04
12	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MICAEL	1168/06
13	ASSOCIAÇÃO MORUNGABA	1336/07
14	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL ARTE SEM FRONTEIRAS	1192/06
15	ASSOCIAÇÃO CASA DO BARRO	1367/08
16	CENTRO DE ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO A JUVENTUDE (Projeto Sol)	0946/02
17	COMMUNE – COLETIVO TEATRAL (OSCIP)	1336/07
18	DOUTORES DA ALEGRIA – ARTE, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (ONG)	1089/04
19	FUTURO NG-AÇÃO SÓCIO-CULTURAL (ONG)	1161/06
20	GAIA-GRUPO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (OSCIP)	1119/05
21	IMAGEMAGICA (OSCIP)	0888/01
22	INSTITUTO AYRTON SENNA	1155/06
23	INSTITUTO BEETHOVEN	1601/10.
24	INSTITUTO CIDADÃO BRASILEIRO PARTICIPATIVO - ICIBAP	1155/06
25	INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA	1154/06
26	INSTITUTO IOSHEPE	1422/08
27	INSTITUTO DE MÚSICA EDUCAÇÃO E CULTURA HAROLD BERMAN CHORO BLUE	1558/10
28	INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL	1520/09
29	INSTITUTO PENSARTE	1228/07
30	INSTITUTO POMBAS URBANAS	1420/08
31	INSTITUTO RELIGARE RECICLAGEM CULTURAL E SOCIAL	1311/07
32	OBRA SOCIAL DOM BOSCO COM UNIDADE EDUCATIVO PASTORAL (CEP)	1054/03
33	ORPAS – OBRAS RECREATIVAS, PROFISSIONAIS, ARTÍSTICAS E SOCIAIS (ONG)	1324/07
34	VIA CULTURAL – INSTITUTO DE PESQUISA E AÇÃO PELA CULTURA	1413/08

Fonte: primária

### **AMBIENTAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA E GEOGRÁFICA DAS 34 INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM COM ARTE**

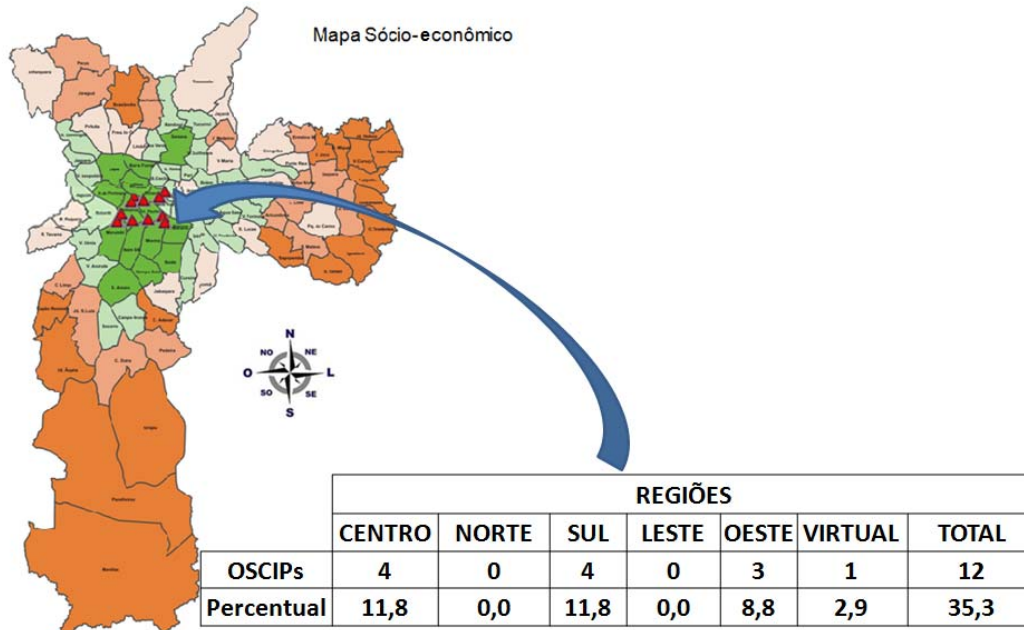
É significativa qualquer reflexão sobre a atuação das organizações em geral, entre elas as entidades do Terceiro Setor, nas grandes metrópoles como São Paulo, pela importância e grandeza que essa cidade representa, conforme comprovam as estatísticas publicadas a cada Censo. Megalópoles significam problemas maiores de gestão pública para lidar de modo igualitário com os recursos e sua demanda. Entre as dificuldades estão o tamanho e a distribuição da população, o acesso e a ocupação geográfica, o fornecimento de serviços de educação e saúde para todos e o acesso à cultura e ao lazer.

O crescimento desordenado pela falta de planejamento levou as comunidades e a atividade econômica a caminharem geograficamente movidas por interesses e possibilidades circunstanciais. Assim, junto ao núcleo inicial da cidade fixaram-se os fundadores e com eles o centro do poder político e econômico. As chácaras e as fazendas do início da cidade situaram-se em seu contorno, o chamado cinturão verde, abastecedor de produtos hortifrutigranjeiros, espalhando-se pelas várzeas de rios e

córregos que a cortavam. Suas sucessoras, as indústrias, instalaram fábricas e depósitos nas várzeas próximas, empurrando a agricultura de sustento para mais longe.

A maior leva de mão de obra do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte do país veio para São Paulo a partir dos anos 1950 para trabalhar na indústria e foi se instalando em terrenos situados entre o anel fabril e o cinturão verde, formando os bairros operários. A leva seguinte, com muito mais migrantes, nos anos 1970 e 1980, na esteira do crescimento da construção civil, não teve as mesmas facilidades, povoando os espaços disponíveis em ocupações de áreas em litígio, públicas ou abandonadas pelos proprietários. Moravam em favelas além dos bairros operários, nas franjas da cidade ou, em menor quantidade, incrustadas nos bairros mais centrais.

Nesse cenário, os recursos político-econômicos permaneceram próximos ao centro, e a comunidade mais carente, cada vez mais afastada.

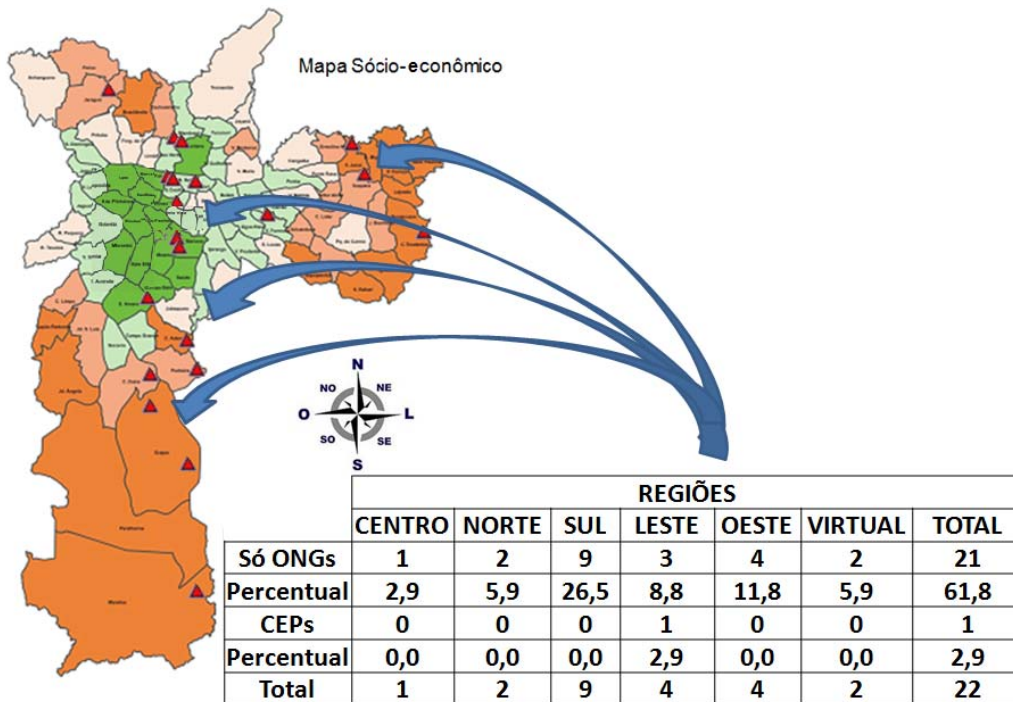


**Gráfico 3** – Mapa socioeconômico por regiões da cidade de São Paulo – OSCIPs

Fonte: adaptado pela autora

No gráfico 3 posicionamos a sede das operações das Entidades do Terceiro Setor que trabalham com arte na cidade de São Paulo, assinaladas com um triângulo vermelho, conforme categorização, identificando número e ano do registro na Prefeitura, sua localização, o público-alvo, os projetos e abordagens com arte. O mapa registra em cores o perfil socioeconômico dos diferentes bairros do município. O gráfico ressalta a indicativa da preferência das OSCIPs pelas áreas mais desenvolvidas e estáveis do centro político-econômico-cultural da metrópole – fronteira das regiões Centro, Oeste e Sul, identificada pela cor verde-escuro. Ali se situam bairros como Pacaembu, Higienópolis, Pinheiros e Jardins Paulista e América, onde estão os principais escritórios das fontes de recursos e da geração de projetos, ou seja, onde se encontram os principais financiadores (públicos e privados) e os provedores dos recursos para os projetos a serem executados em escolas públicas situadas em áreas carentes.

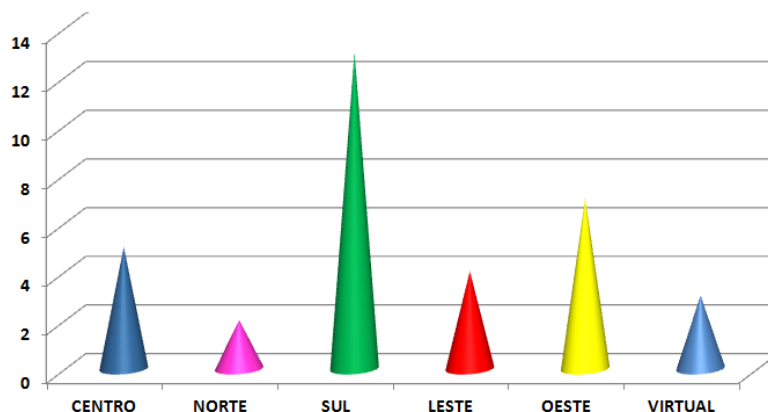
Para a realização dos seus projetos, essas OSCIPs deslocam-se até as comunidades e se retiram uma vez estejam eles concluídos, sem permanência local para acompanhamento da evolução do resultado do projeto ao longo do tempo. A situação geográfica das OSCIPs no município indica uma preocupação maior de seus gestores com a eficiência da operação, o que poderá ser benéfico para obtenção dos resultados. Se houver eficácia similar na aplicação e no acompanhamento da execução dos projetos nas localidades onde são executados, isso reverterá em benefícios à comunidade.



**Gráfico 4** – Mapa socioeconômico por regiões da cidade de São Paulo – ONGs e CEPs  
Fonte: adaptado pela autora

Prosseguindo na observação comparativa do mapa regional da cidade de São Paulo, posicionamos a sede das operações das ONGs e das CEPs, assinaladas com um triângulo vermelho. Nota-se que muitas ONGs comunitárias e assistenciais, que também trabalham com arte, estão instaladas nas regiões de maior demanda social – baixo perfil socioeconômico (gráfico 4), mais nas bordas da cidade. Existem, também, bolsões de pobreza situados em regiões mais ricas. Todavia no cadastro da Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura do Município de São Paulo não há nenhuma instituição que tivesse atuado nesses lugares entre 2000 e 2010.

Tais entidades foram constituídas, na quase totalidade, nas comunidades em que atuam e contam com doações da própria comunidade, além das verbas públicas a elas destinadas. Seus projetos são originados pela comunidade e nela focados, em caráter permanente. Nas ONGs comunitárias e assistenciais o trabalho dos educadores é quase sempre voluntário.



**Gráfico 5** – Distribuição geográfica das entidades do Terceiro Setor  
Fonte: elaborado pela autora

O conjunto das duas análises dos mapas da cidade, marcando as regiões, e o gráfico 5, localiza e sintetiza a distribuição das 34 instituições que trabalham com arte na cidade de São Paulo. Em uma análise geográfica, podemos perceber maior concentração na Região Sul. Isso se deve à grande área carente correspondente ao antigo município de Santo Amaro, no entorno das Represas Billings e Guarapiranga, até as franjas da Serra do Mar, onde se encontram bairros como Grajaú e Jardim Ângela. As regiões Centro e Oeste alojam escritórios de um número significativo de OSCIPs, além das ONGs comunitárias e assistenciais ali existentes. A concentração das OSCIPs está na fronteira daquelas regiões com a Região Sul.

As regiões Norte e Leste, conforme o gráfico 5, possuem instituições em menor número e de diferentes categorias. Na Região Norte, elas se espalham em toda a área geográfica e, na Leste, elas se situam próximas da fronteira municipal.

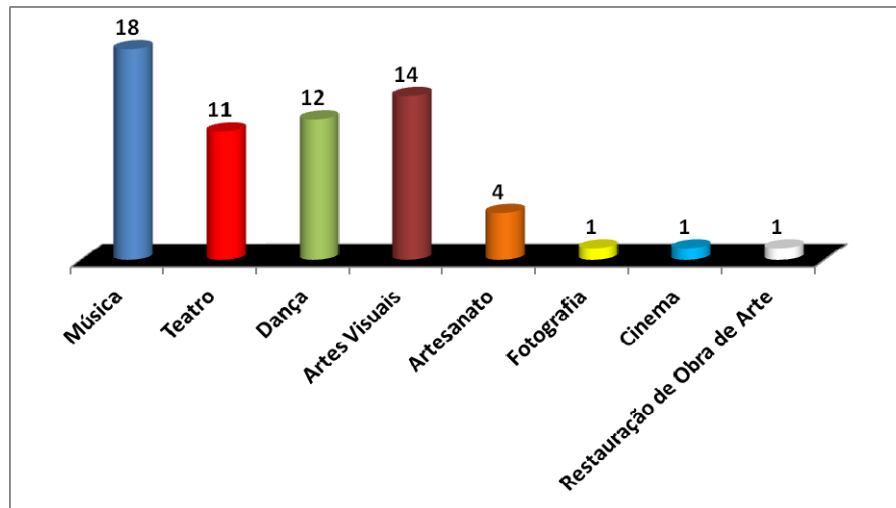
Na “Região Virtual”, se assim puder ser denominado o espaço atingido pela tecnologia da informação, encontram-se instituições que utilizam esse recurso para se aproximar de um maior número de assistidos, sem localização territorial determinada. São instituições recentes e, caso acompanhem o crescente e acelerado uso dessa tecnologia pela sociedade, devem crescer em quantidade e diversidade dentro de uma futura amostragem.

## **REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS**

Após a coleta de dados, efetuou-se uma categorização que detalha, no seu protocolo, nome da entidade, ano e número de registro na Prefeitura, endereço da sede e abordagem da arte. Essa categorização traduz um panorama da realidade das entidades que atuam com arte em São Paulo. Entrecruzei esses dados com visitas diretas, para verificar se o que está colocado pelas entidades na internet é fruto de um discurso inócuo ou se realmente há atividades culturais que mobilizem ações educativas nesses espaços de educação não formal. No percurso, encontrei líderes da comunidade que lutaram com dificuldades para a criação de ONGs, mas, motivados por ideais de crença na solidariedade, lutam por seus projetos, porque realmente acreditam neles. Em contrapartida, algumas OSCIPs, em busca de parceiros financeiros para levar seus projetos a escolas públicas, estão muito mais motivadas por ações que tragam ganhos financeiros e procuram parceiros que vejam no projeto uma forma de cumprir sua parcela de responsabilidade social, independentemente de resultados.

Para o jovem construir sua identidade ele depende das perspectivas que esses espaços oferecem. Tal relação se dá na esfera intersubjetiva de identificação com símbolos, linguagens, mas também é resultado de uma experiência gregária, porque, como aponta Gohn (2005, p. 31), “os significados são aprendidos e apreendidos, socializados, identificados, configurados e testemunhados por aqueles que defrontam com o outro”. Quando esses significados são apreendidos, produzem no grupo discussões que provocam processos identitários.

Na pesquisa, as diferentes linguagens artísticas estão distribuídas da seguinte forma:



**Gráfico 6** – Distribuição de linguagens da arte

Fonte: primária

No gráfico 6 podemos notar que a música é a linguagem mais utilizada com os jovens nas entidades do Terceiro Setor. Todavia também a dança, o teatro e as artes visuais fazem parte de recursos empregados como fio condutor de formação de cidadania. Em algumas entidades, o artesanato ainda é uma forma de trazer uma renda pessoal.

Todo esse cenário leva-nos a perceber que os espaços voltados à educação não formal que recorrem à arte como linguagem ainda são poucos. Os dados coletados indicam a necessidade de ampliar a utilização das linguagens da arte, cada vez mais, em atividades e oficinas.

## **A LINGUAGEM DA ARTE NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DO TERCEIRO SETOR**

A educação não formal foi abraçada por várias propostas do Terceiro Setor, assumindo perante as populações carentes projetos de inclusão social com ações pedagógicas de formação de cidadania. Entre os pesquisadores que iniciaram a construção de uma produção brasileira sobre o tema estão Maria da Glória Gohn, com a primeira edição do livro *Educação não formal e cultura política*, em 1999, José C. Libâneo (2000), Olga Von Simson (2001) e outros que hoje dão continuidade ao tema em teses e dissertações.

O entendimento da importância das propostas não formais presentes na história da educação brasileira compreende desde a busca pelo ensino popular para o combate do analfabetismo, ligado aos movimentos sociais, até as propostas do Terceiro Setor, em que espaços fora da escola são trazidos como elementos de formação para a cidadania, considerando as experiências um elemento importante de reestruturação do pensamento.

São vários os conceitos sobre educação não formal. Segundo Gohn (2010, p. 33),

é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

Esclarece a autora que a educação não formal é um processo com vários campos ou dimensões na área em que abrange. Entre eles destacamos quatro, a saber:



- Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos: processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses no meio social e da natureza que o cerca por meio da participação em atividades grupais;
- Trabalho com os indivíduos como meio da aprendizagem de habilidades e de desenvolvimento de competências;
- Aprendizagem e exercício de práticas voltadas aos indivíduos para a organização, com objetivos comunitários, para a solução de problemas coletivos cotidianos;
- Aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal (escolar) em espaços diferenciados nos quais o ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea e as forças sociais organizadas têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo educativo, estabelecendo as finalidades a que se destinam essas práticas.

Como nos mostra a autora, a produção do conhecimento nesses espaços de educação não formal não ocorre pela sistematização dos conteúdos, e sim pelo conhecimento gerado por meio das vivências, das situações que ocorrem a partir de relações sociais mediadas por educadores, desenvolvendo práticas que incorporem:

Educação para a justiça social;  
 Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais);  
 Educação para liberdade;  
 Educação para a democracia;  
 Educação contra toda e qualquer forma de discriminação;  
 Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação de diferenças culturais (GOHN, 2010, p. 40).

Para enfrentar os desafios de oferecer possibilidades reais de reconstrução de projeto de vida e de formação de valores, as entidades do Terceiro Setor encontram na linguagem da arte uma ferramenta de mudança do olhar dos jovens, com força de interferir positivamente tanto no plano da autoestima como no da própria imagem, estimulando-os a buscarem-se como pessoas e como cidadãos.

A linguagem da arte em todas as suas manifestações, seja dança, teatro ou artes visuais, tira o jovem da situação de vulnerabilidade ante a droga, o roubo, fazendo-o criar redes, estabelecer conexões entre pensamentos, sensações, afetos, ensinando-o a dialogar com a dor, a falta, a incompletude, como também com a alegria, em sintonia consigo e com o grupo. Para Fischer,

[...] a arte não é neutra, pois expressa valores e as inquietações de seu tempo, ela tem importante papel no resgate do educando enquanto sujeito histórico, uma vez que promove o desenvolvimento da autoestima, das faculdades mentais, da capacidade ética e da aquisição de uma postura crítica frente a realidade (FISCHER, 1976, p. 29).

A arte é o atributo estrutural de toda a construção humana. Usando suas linguagens, a arte ensina os jovens a lidar com as diferenças entre si, indicando atitudes de solidariedade e generosidade para com o outro. É esse olhar, que vê o outro e assimila as diferenças, que restitui o diálogo, a partilha de valores, compartilhando não só momentos estéticos como também um sentimento de amadurecimento em suas relações interpessoais.

A importância da arte no processo educativo passou a ser discutida no século XX, no momento que ela se libertou dos cânones mais rígidos, em que os artistas deixaram os modelos preestabelecidos e evidenciaram a imaginação e a expressão individual. A arte saiu da esfera do belo e adquiriu uma nova dimensão, a da expressão e da determinação pessoal, em uma atitude de procurar ver não só a técnica, mas o que a forma fala ao artista. Assim, a obra de arte passou a ser vista não de maneira linear na

contextualização da história da arte, tampouco com o rigor da técnica, mas como linguagem que difere de tempos em tempos e de lugar para lugar, com emoções, formas de expressões diferentes, e não isoladas. Essa nova concepção no olhar a obra de arte, enfatiza Barbosa (2005), tem como enfoque a construção da história a partir do exame da obra, para que sejam estabelecidas as conexões e relações entre uma obra e outra e também com outras manifestações culturais.

Nessa visão, a arte mostra um processo de dialética com a realidade, no momento em que seleciona, compara e interpreta as imagens registradas sobre qualquer suporte, seja o som, a dança, o teatro, a cor, a forma de uma escultura e de tudo que faz parte do cotidiano. Sensibiliza o olhar, que deixa de ser passivo e torna-se ativo, seletivo, tátil, contemplativo e criador, articulando a arte aos processos da vida cotidiana. Em tal entendimento, a prática artística torna-se uma linguagem promotora da identidade histórica cultural em uma reflexão crítica, considerando o jovem um sujeito sociocultural, ou seja, que percebe, reconhece e passa a considerar a diversidade no contexto social.

Segundo Touraine (2007), entende-se o sujeito histórico cultural como aquele “que defende os direitos sociais e culturais, que combina identidade pessoal e cultural, compreendendo o outro em sua cultura e tradições”.

É nesse trabalho pedagógico voltado para o sensível, para o reconhecimento do cognitivo, que a linguagem da arte, de forma lúdica e criativa, oferece uma possibilidade aos jovens para ampliarem seus horizontes no campo da cidadania.

Das 34 entidades categorizadas, duas foram escolhidas para a continuação da pesquisa de caráter qualitativo com enfoque de pesquisa participante, com entrevistas semiestruturadas. Uma das entidades selecionadas foi o Instituto Via Cultural, uma OSCIP que trabalha com a preservação do patrimônio histórico da cidade de São Paulo com jovens da Fundação Casa que cumprem medidas socioeducativas. Tal Instituto, por ser uma OSCIP, recebe verba de varias entidades e tem uma parceria com o SESC, que alavanca os projetos culturais como exposições e passeios a lugares históricos. Para obter recursos precisa captá-los com projetos de interesse para a comunidade, mantendo em seus balanços e relatórios transparência na prestação de contas. Outra instituição escolhida foi o Instituto De Olho no Futuro, ONG que atua em comunidade, trabalhando com dança, artes visuais e customização de moda, como linguagem de formação. Trabalha com a dança não focada exclusivamente no aprendizado de passos, porque esse tipo de aprendizado apenas privilegia o movimento, mas observei que a dança é trazida como uma linguagem de signos em que é constituída de intérpretes, movimento e espaço cênico, os quais produzem uma infinidade de leitura de mundo. O Instituto é uma ONG que recebe recursos esporádicos da prefeitura, sendo relevante em época de eleição, e vive basicamente de ajuda de colaboradores da comunidade, comerciantes que mantêm a entidade.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES**

A intenção destas considerações é refletir sobre o processo de pesquisa que está em andamento e alinhar algumas reflexões preliminares tendo como fio condutor a hipótese inicial da pesquisa: É a arte uma linguagem de construção de valores nos espaços de educação não formal do Terceiro Setor?

O Terceiro Setor foi constituído por organizações da iniciativa privada sem fins lucrativos como uma resposta às graves carências sociais que o Estado não conseguia mais dar conta pelos problemas fiscais existentes e exigências internacionais de redução de custos para que pudesse obter financiamentos dos bancos internacionais para fazer frente aos problemas financeiros do país. O próprio Estado, em sua reforma na década de 1990, redefine os tipos de participação dessas entidades e as regulamentam, criando várias denominações jurídicas para essas parcerias.

Assim, na década de 90 apareceram muitas entidades das quais muitas delas, apesar de funcionarem, somente se oficializaram a partir de 2000, como as entidades pesquisadas (De Olho no Futuro em 2006 e Via Cultural em 2008), para obtenção de recursos e financiamento dos projetos.

A escolha das duas entidades do Terceiro Setor teve uma longa caminhada percorrida. Elas não foram selecionadas aleatoriamente; elas foram escolhidas após o mapeamento realizado na pesquisa quantitativa da coleta de dados em que se identificaram dentro do recorte da pesquisa 34 entidades do terceiro setor que desenvolvem a linguagem da arte em seus projetos com jovens. Exaustivamente visitei as 34 entidades para fazer uma verificação se as práticas com arte provocavam em seus participantes um vínculo que estimulasse discussões de processos identitários ou se traziam a arte como lazer e ocupação à população carente, fato importante, ainda que não fosse o objeto da minha pesquisa.

O ponto em comum é o público-alvo: jovens e a linguagem da arte.

O trabalho de campo começou com as entrevistas, que trouxeram um olhar mais amplo para o campo da investigação. Elas foram feitas nas datas e nos horários previamente marcados. Entrevistaram-se dois dirigentes e cinco educadores sociais. Vale ressaltar que encontrei uma atitude de cooperação e boa vontade por parte das entidades. Nas falas dos entrevistados sobressaem os benefícios de ordem socioafetiva, valorização da autoestima e participação na comunidade como cidadãos saindo da exclusão social.

O projeto Memórias Construídas da OSCIP Via Cultural, que trabalha com jovens em extrema vulnerabilidade (jovens da Fundação Casa que cumprem pena em regime semiaberto), traz a eles uma educação patrimonial por meio de oficinas de história da arte da cidade de São Paulo, arquitetura, desenho, fotografia e também proporciona visitas externas a museus e a monumentos que necessitam de restauro. O projeto tem como finalidade fazer esses jovens conhecerem, registrarem e se apropriarem dos espaços urbanos inserindo-se como personagens atuantes da história de São Paulo.

Pillotto (2012, p. 28) mostra-nos que, quanto mais o jovem percebe a importância da preservação, da restauração do patrimônio histórico e cultural da cidade, mais aptos estão para se apropriar das influências do mundo.

Da percepção e do reconhecimento que o jovem faz do papel social desses espaços de memória coletiva viabiliza-se dentro dele a contextualização do patrimônio material e imaterial, vinculando as relações entre as suas memórias e sua identidade às referências desses espaços comunitários.

Por tal caminho vamos compreender as relações e as tensões coletivas e dos indivíduos nessa instituição. O embasamento teórico terá como suporte Choay (2001) e Halbwachs (2009).

Na ONG De Olho no Futuro o percurso traçado é buscar como a linguagem da dança tem se articulado com os jovens; se é um olhar de compreender o corpo como um produtor de sentidos e significados em que os passos e movimentos produzam nos jovens processos que enfatizem a formação de identidades, pelo corpo que dança. Para a análise o arcabouço teórico será construído com Merleau Ponty (1999), Greiner (2005) e Cunha e Silva (1999).

Para as questões que se relacionem com as categorias educação para a justiça social, educação para os direitos (humanos, sociais, políticos e culturais), educação para a liberdade, educação para a democracia, educação contra qualquer forma de discriminação e educação pelo exercício da cultura e manifestação das diferenças culturais, será utilizado o aporte teórico de Gohn (2008), que propõe as dimensões para a pesquisa.

Dessa forma, o caminho que se faz ao andar, parafraseando Cervantes, é na continuação da pesquisa, que está em andamento, e será possível levantar questões em que a realidade mostrará nos diálogos aproximações que apresentaram falas muito mais complexas que nossas reflexões conseguiram abarcar.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 5 e n. 6, p. 25-36 maio /dez. 1997.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Arte/educação contemporânea e consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CATANI, Afranio e GILIOLI Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São paulo: Editora UNESP, 2008

CARDOSO, Ruth. O fortalecimento da sociedade civil. *In: IOSCHPE, Evelyn Berg et al. (Orgs.)*. **3<sup>o</sup> Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Gife / Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, Lívia Marques. **O ensino de artes em ONGs**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAULLEY, Darrel N. **Document analysis in program evaluation**. Portland: Northwest Regional Educational Laboratory, 1981.

DAYRELL Juarez. O jovem como sujeito social. *In: FAVERO, Osmar et al. (Orgs.)*. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO / MEC / Anped, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2<sup>a</sup> ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor? *In: IOSCHPE, Evelyn Berg et al. (Orgs.)*. **3<sup>o</sup> Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Gife / Paz e Terra, 2005.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GEVAERD, M. Maria; PILLOTTO, Silvia Sell D. **Educação patrimonial: conexões interativas**. Lages: Grafine, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do Terceiro Setor**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 1<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Não fronteiras: universos da educação não formal**. São Paulo: Itáú Cultural, 2007.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Effective evaluation: improving the usefulness of evaluation results responsive and naturalistic approaches**. São Francisco: Jossey-Bass, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. trad. Beatriz Sidou. 1<sup>a</sup> ed.

São Paulo: Centauro, 2003

IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* (Orgs.). **3<sup>o</sup> Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Gife / Paz e Terra, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Márcia Tait. Criminalidade altera perfil urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252004000200005&script=sci\\_artext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252004000200005&script=sci_artext)>.

LUDKE, Hermengarda Alves (Menga Ludke). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: EPU, 1986.

MERLEAU PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAIS, Machado José. Jovens e cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, p. 53-70, 2005.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 15-24, maio/ago. set./dez. 1997.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALAMON, Léster. Estratégias para fortalecimento do Terceiro Setor. *In*: IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* (Orgs.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3ª ed. São Paulo: Gife / Paz e Terra, 2005.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Participação e Parceria. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participação\\_parceria/coordenadoria](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participação_parceria/coordenadoria)>. Acesso em: 11 maio 2011.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var\\_list&tema=1&tabs=1&aba=tabela1&redir=>](http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var_list&tema=1&tabs=1&aba=tabela1&redir=>)>. Acesso em: abr. 2013.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

SPOSITO, M. P.; PERALVA, Angelina. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, 1997.

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. *In*: IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* (Orgs.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3ª ed. São Paulo: Gife / Paz e Terra, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria A. (Orgs.). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.